

Ata reunião ordinária 02/2021 – Conselho Municipal Fiscal

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Fiscal da AMPASS realizada no dia 10 de fevereiro de 2021.

Aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um (2021), às 15h, reuniu-se, de forma não presencial, através do aplicativo Google Meet, o Conselho Fiscal da Autarquia Municipal de Previdência e Assistência à Saúde dos Servidores – AMPASS. Presentes: os conselheiros sra. Carmen Sofia C. do Nascimento, representante da CGM; sr. Clínio Francisco de Oliveira, representante do SINDSEPRE; sr. Márcio Gustavo Tavares Gouveia de Carvalho, representante da SEFIN, sr. Carlos Elias Andrade, representante do SINPERE e o sr. Petrônio Lira Magalhães, representante da AFREM Sindical e presidente deste Conselho. Presentes também os gestores da AMPASS, sra Anna Paula Almeida, gerente de previdência e a sra. Rebeca de Souza, nova gestora da Unidade de Controle Interno. O presidente do Conselho Fiscal abriu a reunião, agradeceu a presença dos gestores da AMPASS, e passou a palavra à sra. Anna Paula para uma breve apresentação, solicitada pelo Conselho Fiscal, sobre as possíveis mudanças na legislação previdenciária municipal. A sra. Anna Paula informou que o CRP da autarquia está judicializado devido à Prefeitura do Recife ainda não ter efetuado a reforma previdenciária; que a previdência complementar deverá ser implantada em até 2 anos, a contar de 13.11.2019, e que essa implantação poderá ser feita através de convênio com outras que já estejam em funcionamento, a exemplo da Bahia e de São Paulo, tendo em vista a redução de custos; que a autarquia já deveria ter instituído a alíquota de 14% para as contribuições dos servidores. A gerente informou ainda que a autarquia continua pagando benefícios que não deveria mais estar pagando, pois a nova legislação federal, nesse ponto, alcança estados e municípios. O conselheiro sr. Clínio Oliveira pediu para registrar em ata que qualquer movimento que houver no sentido de modificar a legislação previdenciária do município deve ser feito em conjunto com os servidores e que as informações devem chegar aos servidores antes das decisões a serem tomadas. Continuando, a sra. Anna Paula informou que a reforma previdenciária federal refletiu sobre a legislação previdenciária municipal no cálculo de pensões, quando há mais de uma para uma mesma pessoa; na escolha entre aposentadoria e pensão, quando alguém fizer jus a ambas e na não incorporação, às aposentadorias, de gratificações e funções, exceto aquelas gratificações inerentes ao cargo. Sobre o andamento da reforma previdenciária municipal, a sra. Anna Paula informou que houve uma comissão formada para sugerir as mudanças necessárias; que foi elaborado um relatório, mas não houve seguimento, à época, por parte do governo e que no momento não há mais comissão formada para efetuar as alterações previdenciárias. O conselheiro Petrônio Magalhães questionou o porquê de ainda não ter havido a mudança de alíquotas. A sra. Anna Paula informou que foi solicitado ao atuário um estudo sobre a modificação das alíquotas e concluiu-se que não haveria ganho financeiro no modelo de alíquota progressiva, pois, havendo déficit atuarial, após sua implantação, o saldo negativo teria que ser cobrado inclusive dos aposentados. O conselheiro Márcio Carvalho perguntou se há informações sobre o estudo atuarial na questão do tempo anterior de contribuição, pois isso tem afetado bastante o resultado atuarial e recomendou que a autarquia providencie o mais rápido possível um recadastramento para que se tenham informações mais fidedignas. O conselheiro Carlos Elias frisou que, na visão dele, a finalidade da previdência deveria ser de assistência ao servidor e que de nada serviria o Estado se não entregasse saúde, educação e assistência, e que é contra qualquer tipo de aumento de alíquota. O conselheiro Clínio Oliveira abordou a questão do processo em andamento na justiça pela PCR sobre a não adesão à alteração da alíquota para 14%, que embora a certificação esteja saindo subjudice, importante acompanharmos o andamento até o julgamento do mérito. Finalizada a apresentação da sra. Anna Paula, os conselheiros agradeceram sua presença. Em seguida, o conselheiro Petrônio Magalhães passou a palavra a sra. Rebeca de Souza que passou a responder as perguntas dos conselheiros. A conselheira Carmen Sofia perguntou se já havia um novo organograma da autarquia. A sra. Rebeca de Souza informou que ainda não havia organograma definitivo, que faltava modificar a gerência jurídica, que virou unidade jurídica ligada à vice-presidência, e que foi recriada a gerência de investimentos, agora como gerência geral. O conselheiro Petrônio Magalhães registrou satisfação com a recriação da gerência de investimentos, uma vez que havia reclamado anteriormente da sua unificação com a gerência administrativa-financeira. A sra. Rebeca de Souza informou que para a autarquia se manter no nível 3 do Pró-gestão será necessário passar por uma auditoria, que não houve auditoria no ano passado devido à pandemia, e que a Unidade de Controle Interno está fazendo

levantamento para verificar o que precisa ser feito para garantir a permanência nesse nível. Por fim, a sra. Rebeca de Souza informou que, em relação ao processo de atualização cadastral, houve uma reunião com a CearaPrev que apresentou um software para atualização cadastral e prova de vida e que a AMPASS ficou interessada no aplicativo, pois mostrou-se seguro, e de grande utilidade aos aposentados e pensionistas, pois não mais teriam que ir até o banco para efetuar a atualização. O conselheiro sr. Clínio Oliveira registrou satisfação com o software porque representa melhora para o servidor com a redução dos deslocamentos. Finalizadas as perguntas, os conselheiros agradeceram a presença e da sra. Rebeca de Souza. Em seguida o conselheiro sr. Petrônio Magalhães informou que solicitará ao presidente da autarquia, uma apresentação do estudo atuarial em curso, relativo ao fechamento de 2020, cuja finalização deve se dar ainda neste mês. Por fim, o presidente do Conselho Fiscal agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. Eu, Petrônio Lira Magalhães, lavrei a presente ata que será assinada por mim e pelos demais componentes do Conselho Fiscal da AMPASS.

Petrônio Lira Magalhães

Carmen Sofia C. do Nascimento

Clínio Francisco de Oliveira

Márcio Gustavo Tavares Gouveia de Carvalho

Carlos Elias Andrade